



Plenário discute criação de fundo contra a pobreza

O senador Eduardo Suplicy disse, da tribuna, que considera "saudável" a proposta feita por Antonio Carlos e lembrou que a erradicação da miséria foi uma das razões do nascimento do Partido dos Trabalhadores

Foi bem recebida em plenário a proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de criação do Fundo de Combate e Erradicação

da Pobreza. Senadores governistas e de oposição elogiaram a idéia, que deverá ser analisada por comissão especial de parlamentares.

PÁGINAS 4 E 5

Everardo Maciel deve voltar à CPI

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, poderá depor mais uma vez na CPI do Sistema Financeiro. A convocação foi defendida pelo líder do PMDB, Jader Barba-

lho, que pretende cobrar do secretário a apresentação de anteprojetos destinados a reduzir a evasão e a elisão fiscais. Everardo sugeriu as mudanças legislativas em maio.

PÁGINA 3

Seminário avaliará ameaça à Amazônia

PÁGINA 8

CAE quer ouvir governadores sobre ajuste

PÁGINA 6

Senado vota propostas de educação em direitos humanos

PÁGINA 2



Daniel Ferreira da Silva disse ter ficado surpreso com informação divulgada por Paulo Souto (E)

CPI DO JUDICIÁRIO

PF comprova a falsificação de alvarás de soltura de traficantes

Durante depoimento do desembargador da Justiça do Amazonas Daniel Ferreira da Silva o relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto, apresentou laudos da Polícia Federal atestando a falsificação de cinco alvarás de soltura em processos de traficantes de drogas. Acusado de ser responsá-

vel pela venda dos alvarás, o desembargador se disse surpreso com a informação. A comissão começa hoje a investigar o caso Encol. Serão ouvidos quatro advogados que acusam o empresário Pedro Paulo de Souza, ex-dono da empresa, de subornar o juiz de Falências de Goiânia.

PÁGINA 7

Plenário aprecia hoje ensino de direitos humanos nas escolas

Senadores devem examinar, também, acordo de cooperação com a França e protocolo referente a minas e armadilhas bélicas

O plenário do Senado aprecia hoje projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o ensino fundamental e médio. O parecer da Comissão de Educação é favorável à matéria, nos termos de substitutivo apresentado pela relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS). Outro projeto da Câmara incluído na pauta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com o objetivo de incluir a temática de direitos humanos no currículo desses dois níveis de ensino. O projeto foi relatado favoravelmente na mesma comissão pela então senador Joel de Hollanda.

Também deverão ser apreciados pelos senadores dois projetos de decreto legislativo. O primeiro, com parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tendo como relator o senador



O plenário do Senado vota dois projetos da Câmara que incluem os direitos humanos no currículo do ensino fundamental e médio

José Jorge (PFL-PE), aprova os textos do acordo sobre a cooperação na pesquisa e nos usos do espaço exterior para fins pacíficos, celebrado entre os governos do Brasil e da França.

O outro projeto, também com parecer favorável da CRE, e relatado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), aprova os textos do Protocolo II, refe-

rente a minas, armadilhas e outros artefatos, do Protocolo Adicional IV. Esse protocolo é relativo a armas cegantes a laser. A matéria também aprova convenção sobre proibições ou restrições ao emprego de armas convencionais consideradas excessivamente lesivas ou geradoras de efeitos indiscriminados.

CCJ examina projeto sobre operações dos estados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado deverá apreciar hoje uma pauta de oito itens, entre eles substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) ao projeto do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna válidos os atos praticados com base nas resoluções do Senado sobre operações de crédito para reestruturação e ajuste fiscal dos estados, redução do setor público na atividade bancária e privatização dos bancos estaduais.

Presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), a CCJ apreciará ainda proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) estabelecendo que os delega-

dos de polícia dos estados, do Distrito Federal e da Polícia Federal serão organizados em carreira. A proposta tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Também na pauta, outro projeto, já aprovado pela Câmara, disciplina a gestão democrática nos estabelecimentos públicos de ensino, nos níveis fundamental e médio. A proposta tem o objetivo de dar mais autonomia às escolas em termos de administração e padrões pedagógicos.

A CCJ apreciará na mesma reunião proposta de emenda constitucional de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que estabelece alternância de

homens e mulheres no preenchimento de vagas abertas no Supremo Tribunal Federal.

Consta ainda da pauta projeto de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) estabelecendo que o ingresso no Judiciário deverá ser feito mediante concurso público realizado por instituições independentes àquele poder. Outra matéria, já aprovada pela Câmara e com parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), prevê a perda da delegação concedida a cartórios para a prestação de serviços públicos por infrações cometidas por tabeliães, oficiais de registro e seus funcionários.

CAS vota proposta que estimula reservas naturais

Projeto de lei, de iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC), que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal para as unidades da federação que abrigarem em seus territórios unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas será apreciado hoje, a partir das 9h, pela Comissão de As-

suntos Sociais (CAS).

Na pauta da CAS de hoje, que totaliza 13 itens, também está incluído projeto da Câmara dos Deputados que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999/61.

Outro projeto que deverá ser apreciado pela CAS, que é presidida pelo

senador Osmar Dias (PSDB-PR), dispõe sobre a inclusão de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis. De autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), a matéria tem parecer favorável do relator, senador Tião Viana (PT-AC).



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h15 - Recebe Marcus Vinicius Pratiní de Moraes, ministro da Agricultura
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 3/99, que dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o ensino fundamental e médio; *PLC nº 49/97, altera a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para incluir a temática Direitos Humanos no currículo do ensino fundamental e médio; *PDL nº 27/99, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre os governos do Brasil e França; *PDL nº 28/99, que aprova os textos do Protocolo II, referente a minas, armadilhas e outros artefatos, do Protocolo Adicional IV, relativo a armas cegantes a laser e da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, conhecida como Convenção sobre Certas Armas Convencionais.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 54/96, que regulamenta a profissão de classificador de produtos vegetais; *PLC nº 24/98, que trata do piso salarial de médicos e dentistas; *PLC nº 135/94, que modifica a competência das juntas de conciliação e julgamento; *PLS nº 152/99, altera dispositivos da Lei nº 8.213/91, que trata da concessão do salário-maternidade; e *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 52/97, que regulamenta dispositivo constitucional que trata da gestão democrática no ensino público; *PLS nº 10/99, que trata da destinação da taxa judiciária; *PLS nº 344/99, que altera as regras para concurso público para a magistratura; e *PLC nº 15/96, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil dos extintos territórios federais. *Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa CPI do Judiciário*
- ▶ 9h - Reunião administrativa
- ▶ 10h - Tomada dos depoimentos dos advogados Sérgio Melo Vieira da Paixão, Paulo Roberto Viana Martins, Neiron Cruvinel e Waldomiro de Azevedo Ferreira, todos de Goiás. Em reportagem da revista *IstoÉ*, os advogados afirmam que o ex-dono da construtora Encol teria subornado o juiz da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia para favorecer a empresa. *Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Quinta-feira (5.8.99)
- ▶ 10 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 12/97, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; *Requerimento nº 230/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre os PLSs 63, 97 e 159 de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 231/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos; e *Requerimento nº 232/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.
- Sexta-feira (6.8.99)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Lúcio Alcântara lembrou que vários estados concederam benefícios às montadoras

Alcântara defende incentivo à Ford na Bahia

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem a concessão de incentivos à montadora de veículos Ford, para instalar uma fábrica na Bahia. "É fundamental que se combatam as desigualdades econômicas e sociais que penalizam o Nordeste. Dou inteira razão ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por sua defesa do projeto. Em seu lugar, faria a mesma coisa", garantiu.

Segundo Alcântara, todos os estados concederam incentivos e benefícios fiscais às montadoras de veículos. "Quando chega a hora de um estado nordestino, não pode. Nós já estamos acostumados. Qualquer medida que favoreça o Nordeste só sai à tapa, porque os estados mais desenvolvidos se opõem à adoção de medidas que combatam as desigualdades regionais", frisou.

O senador pelo Ceará também se manifestou favoravelmente à chamada "proposta para erradicar a pobreza", apresentada por Antonio Carlos. "Seu primeiro mérito é provocar o debate sobre um dos maiores problemas do país, que nem sempre é encarado com a devida seriedade", disse.

Alcântara alertou, porém, para os problemas que podem cercar a vinculação de impostos a determinado setor. "Como 'gato escaldado', tenho medo de água fria. Apesar da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que aprovamos, aqui no Congresso, para custear a saúde, não houve aumento de gastos no setor. O governo destinou sua arrecadação para a saúde, mas retirou outras receitas que lhe eram destinadas", disse, manifestando o seu temor de que o mesmo possa acontecer com uma verba específica para a pobreza.

Para Lúcio Alcântara, a proposta mais importante para a região Nordeste, porém, é a da transposição das águas do rio São Francisco, cujos projetos já estão em fase final de elaboração. Esse empreendimento, segundo o senador, "representará a redenção da região, onde falta até água para a população beber", concluiu.

Jader quer convocar Everardo para discutir medidas contra evasão fiscal

Senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito pretendem receber do secretário da Receita Federal anteprojeto destinado a garantir aumento de arrecadação

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB e autor do requerimento que originou a CPI do Sistema Financeiro, anunciou ontem que apresentará requerimento à comissão para reconvocar o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Na ocasião, os senadores da comissão de inquérito esperam receber os anteprojeto destinados a reduzir a evasão e a elisão fiscal (brechas legais que permitem reduzir o pagamento de impostos). A CPI reúne-se hoje à tarde, quando apreciará o requerimento.

Ao depor à CPI, no dia 20 de maio, o secretário da Receita informou que circulam no Brasil por ano R\$ 825 bilhões que não são alcançados por qualquer imposto. Além disso, das 530 maiores empresas do país, metade não pagou



Imposto de Renda no ano passado e, dos 60 maiores bancos, 42% também nada pagaram. Everardo Maciel sugeriu nove mudanças legislativas, as quais reduziram a evasão e a elisão fiscal e prometeu à CPI

apresentar aos senadores anteprojeto com essa finalidade.

Jader Barbalho disse que as propostas do secretário são importantes e serão "um grande reforço na arrecadação do governo, inclusive para que se aplique mais no combate à pobreza". Em entrevista à imprensa, o líder peemedebista afirmou que a CPI irá examinar os nove anteprojeto e deverá apresentá-los ao Congresso no encerramento da comissão de inquérito, previsto para meados de setembro. "Na verdade, o presidente Fernando Henrique Car-

do pode adotar essas medidas até por medida provisória. Se ele não o fizer, a CPI apresentará os projetos", assinalou.

Jader informou que a CPI irá convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para manifestar sua visão sobre problemas levantados pela CPI e as propostas a serem feitas pelo relator da comissão, senador João Alberto (PMDB-MA). Na reunião administrativa de hoje, os senadores da CPI decidirão os nomes dos próximos depoentes, inclusive os banqueiros que participaram do Proer. A comissão quer saber por que o sistema financeiro nacional continuava fragilizado no primeiro trimestre des-



Maciel disse à CPI, em maio, que metade das maiores empresas do país não pagou IR em 1998

te ano, apesar dos gastos superiores a R\$ 20 bilhões do Banco Central com o Proer.



José Roberto Arruda foi indicado líder do governo no Senado

Arruda pretende ser substituído na comissão

O vice-presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem que "gostaria de ser substituído" na comissão de inquérito, pois foi indicado líder do governo no Senado. Para o senador, contudo, nada impede sua continuação na CPI.

— Vou conversar com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e depois vou levar o assunto à reunião administrativa da CPI — disse.

Arruda lembrou que o PSDB tem ainda na CPI os senadores Lúcio Alcântara (CE) e Romero Jucá (RR) — titular e suplente — e que

qualquer dos dois poderia substituí-lo na vice-presidência.

A reunião administrativa da comissão de inquérito, que deve se realizar hoje à tarde, será presidida pelo senador Bello Parga (PFL-MA), que esteve de licença médica desde o final de junho e agora reassume o cargo de presidente da CPI.

Suassuna pede mudanças nos fundos constitucionais

O gerenciamento dos fundos constitucionais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estabelecido quando da repartição das receitas do Imposto de Renda e do IPI, vem sendo realizado incorretamente, disse ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele aponta como uma forma de contribuir para seu aperfeiçoamento a apresentação de emendas à Medida Provisória nº 1.806, editada pelo governo e ainda não votada pelo Legislativo. O senador esclareceu que a medida do governo também procura eliminar essas imperfeições, mas ainda possui algumas incorreções.

Para o senador, a iniciativa do governo visa corrigir uma injustiça anterior, uma vez que não foram contemplados os produtores rurais nas regiões mais carentes ao se estabelecerem, em 1995, condições para renegociação das dívidas de crédito rural. Mas, segundo Suassuna, o Executivo agora esqueceu que o problema não residia somente na questão dos pagamentos, mas principalmente

na incompatibilidade entre as taxas e a rentabilidade real e observada dos projetos financiados.

Suassuna observou que é fundamental que os senadores procurem abranger em suas emendas os encargos financeiros incidentes sobre os saldos devedores dos financiamentos já concedidos, bem como dos novos, de forma a torná-los compatíveis com a rentabilidade dos projetos na região, "notadamente em operações destinadas ao semi-árido, para as quais vão 50% dos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE)", acentuou Suassuna.

De acordo com o senador, sua proposta traz a preocupação de praticar a justiça social e na perspectiva da diminuição das desigualdades regionais, por isso considera importante a proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) de criar uma comissão especial para estudar as causas estruturais e conjunturais da pobreza no país e apresentar soluções para sua erradicação.



O jornalista Agnelo Alves, que substituiu no Senado o novo ministro da Integração Nacional, foi recebido por Geraldo Melo, que presidia a sessão

Agnelo Alves assume vaga de Fernando Bezerra

O jornalista Agnelo Alves assumiu na tarde de ontem o mandato de senador, na vaga de Fernando Bezerra (PMDB-RN), que tomou posse no Ministério da Integração Nacional. Os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Heloísa Helena (PT-AL)

e Edison Lobão (PFL-MA) conduziram Agnelo Alves ao plenário, onde ele prestou o compromisso regimental. Diversas autoridades do Rio Grande do Norte, entre elas o governador do estado, Garibaldi Alves Filho, prestigiaram a solenidade de posse.

Senado aprova acordos com Colômbia e Argentina

Foi aprovado ontem pelo plenário do Senado Federal o texto do Acordo sobre Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfico de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais entre o Brasil e a Colômbia, assinado em Cartagena, em 1997. O acordo busca combater principalmente o contrabando de armas e o narcotráfico, problemas



Mauro Miranda vê passo na luta contra o narcotráfico

que afetam as comunidades dos dois países. Pelos termos do acordo, os dois países deverão intensificar o intercâmbio de informações sobre esses temas e poderão adentrar ou evoluir nos respectivos espaços aéreos nacionais.

Os governos do Brasil e da Colômbia designaram o Estado-Maior de suas forças aéreas como coordenadores do programa. O relator da matéria, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao defender a proposta em seu parecer, disse que o acordo deve ser analisado como mais um instrumento de caráter internacional com "vistas a mostrar-se atuante e alerta na luta contra o narcotráfico, o contrabando e o crime organizado".

Outro texto de acordo que recebeu a aprovação dos senadores foi o celebrado entre Brasil e Argentina, em 1996, que vai permitir uma maior cooperação no desenvolvimento tecnológico nas áreas de agricultura, educação, energia e meio ambiente. A matéria, que recebeu parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), determina que a implementação da cooperação técnica se dará por meio de um plano de trabalho e que será constituída uma comissão mista de cooperação técnica, com-

posta de representantes dos dois países. Para o relator, o acordo, que terá vigência de cinco anos, reforça o Mercosul e aprofunda entendimentos anteriores entre os dois países.

Com parecer favorável da senadora Heloísa Helena (PT-AL), o plenário aprovou projeto instituindo o dia 1º de junho como Dia da Imprensa. A senadora, que saudou o deputado Nelson

Marchezan pela proposta, disse que a nova data simboliza melhor a independência do jornalismo brasileiro. O Dia da Imprensa era comemorado em 10 de setembro, por ter sido nesta data, no ano de 1808, o lançamento do jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*, mas era contestada por vários historiadores e jornalistas brasileiros, que defendiam o 1º de junho, por representar o lançamento, em Londres, também em 1808, do jornal *Correio Braziliense*, o primeiro jornal considerado genuinamente brasileiro, editado por Hipólito José da Costa.

Os senadores ainda aprovaram o projeto de resolução de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), com parecer favorável do senador Paulo Souto (PFL-BA), especificando que do financiamento dado pela Caixa Econômica Federal ao Paraná, no valor de R\$ 34,7 milhões, R\$ 30,7 milhões destinam-se ao programa Pró-Moradia e R\$ 3,9 milhões ao programa Pró-Cred, já que a CEF englobou os montantes, impossibilitando que o governo do Paraná fizesse o repasse dos recursos.

O plenário também aprovou requerimento de sessão especial em homenagem ao ex-governador Franco Montoro, em data a ser marcada.

Maguito Vilela pede metas claras de combate à fome

Ao elogiar a proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para erradicar a fome e a miséria no Brasil, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) encaminhou à presidência da Casa a sugestão de se criar uma comissão temporária, com prazo mínimo de funcionamento, para que faça levantamento de todos os projetos que estão tramitando sobre o assunto. O senador quer que a comissão, após reunir todo este material, apresente documento único, com objetivos claros e definidos, além de sugestões a serem adotadas nas diversas esferas de poder.

— Ou aproveitamos agora a oportunidade que nos foi dada pelo debate suscitado pelo senador Antonio Carlos Magalhães e enfrentamos, com desprendimento, o desafio de construir uma sociedade mais igualitária e justa, ou seremos lembrados pela covardia de vermos crianças morrendo de fome e termos ocupado a tribuna e a



Maguito considera aumento de impostos desnecessário

imprensa apenas para discutirmos projetos individuais e nos lamentarmos dos fatos — advertiu Maguito.

Na opinião do representante de Goiás, o senador Antonio Carlos Magalhães acertou ao estabelecer como objetivo único a erradicação da fome e da miséria, ao propor a criação de conselhos em todos os municípios brasileiros para operacionalizar as ações e ao dizer que o seu projeto está aberto a sugestões e modificações. Por outro lado, Maguito Vilela acredita que a criação de novos impostos ou aumento de alíquotas não é necessária.

Vontade política, segundo Maguito, é o requisito principal para a erradicação da fome no Brasil. Segundo ele, a população e o setor produtivo não agüentam mais novas tributações. O senador apontou a alta carga de impostos atual como um dos grandes entraves para a retomada do desenvolvimento e como responsável

pelos altos índices de desemprego.

Para exemplificar sua opinião de que o principal é a vontade política, Maguito Vilela relatou que, nos quatro anos em que foi governador de Goiás, com recursos próprios já existentes, ele conseguiu implantar um programa de combate à fome e à miséria que se tornou referência no país, atendendo à parcela mais carente da população do estado.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que o Congresso não pode propor a implantação de nenhum projeto de combate à fome e à miséria sem antes ouvir a opinião de senadores como Maguito Vilela e José Sarney (PMDB-AP), que quando presidente da República implantou um programa de distribuição de leite em todo o país. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o governo deve dar prioridade à agricultura ao invés de utilizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar multinacionais. Se isso fosse feito, opinou o senador, o Brasil estaria hoje em melhores condições.

Marina sugere criação de comissão especial

A criação de uma comissão especial mista para que o Congresso possa apresentar um conjunto de medidas para a erradicação da pobreza no país foi proposta ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC). Se o requerimento for aprovado, a comissão terá 11 deputados e 11 senadores como titulares, e igual número de suplentes, além de um prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos.

Marina Silva explicou que a comissão mista examinará várias propostas que tramitam no Congresso, entre elas, duas do então senador Fernando Henrique Cardoso, dispoondo sobre proteção do emprego em função da automação e taxaço sobre grandes fortunas. Ela também citou projeto do deputado Nilmário Miranda (PT-MG)

visando à destinação de recursos para a construção de casas populares, além de outras iniciativas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), entre elas a de instituição de um programa de renda mínima.

— É fundamental que no âmbito da comissão possam se verificar não só medidas paliativas, mas discussões no sentido de que se instituíam propostas estruturais de combate à miséria. Ações que levem, por exemplo, ao crescimento econômico e à diminuição da taxa de juros para que o setor produtivo possa ser reaquecido — comentou Marina Silva.

A senadora disse acreditar que seu



Marina Silva quer mais do que medidas paliativas

requerimento será aprovado, já que todos os líderes do Senado com quem conversou, inclusive o presidente Antonio Carlos Magalhães, afirmaram que a comissão será um instrumento eficaz para que o Congresso possa contribuir com soluções legislativas para a erradicação da pobreza e da miséria.

Em aparte, Eduardo Suplicy sugeriu que a comissão não se limite a examinar proposições dos parlamentares, mas também ouça especialistas brasileiros e de outros países e até se desloque para alguns estados, visando examinar o problema.

Eduardo Siqueira Campos demonstra otimismo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) manifestou ontem seu otimismo em relação a uma solução para o problema da miséria. Ele elogiou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pela luta histórica em favor do programa de renda mínima, mas disse que o peso político do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do Senado, provocou polêmica em torno do tema e está fazendo amadurecer uma saída.



Eduardo Siqueira Campos disse ter certeza de que se tomará uma providência

— Este é um momento precioso. Tenho certeza de que vamos tomar uma providência.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que a situação do Judiciário tornou-se um assunto polêmico depois que Antonio Carlos levantou a bandeira da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O senador pelo Tocantins acha que, para se efetivar, uma proposta de mudança precisa ser encampada por um grupo forte.

O senador fez questão de ressaltar a importância da proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) para que seja criada uma comissão que encaminhe o debate e a formulação de um projeto para erradicar a miséria.

— O assunto está maduro e começamos a deixar de lado os nossos preconceitos — disse Eduardo Siqueira Campos.

As dificuldades vividas pelas crianças e adolescentes foram ressaltadas pelo senador, entre elas a obtenção de certidões de nascimento.

— Todo veículo abandonado é recolhido pelo Detran, que cobra multa dos proprietários. A mesma atenção não é dada quando se trata de uma criança — lamentou.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1998 (nº 2.886/97, na Casa de origem). Dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, nos estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências. Resultado: Lido e aprovado requerimento dos senadores Ney Suassuna e Mazarildo Cavalcanti solicitando adiamento da discussão da matéria. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 21/09/99.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1998 (nº 3.559/97, na Casa de origem). Estabelece, em todo o país, a data de 1º de junho de cada ano para as comemorações do Dia da Imprensa. Resultado: Aprovado. À sanção.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1999 (nº 713/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 9 de abril de 1996. Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1999 (nº 765/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfico de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Colômbia, em Cartagena de Índias, em 7 de novembro de 1997. Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Resolução nº 40, de 1999. Osmar Dias. Altera a redação dos arts. 1º e 2º da Resolução do Senado Federal nº 73, de 1º de julho de 1998. (Autorizando o estado do Paraná a realizar operação de crédito junto à CEF, no âmbito do Programa Pró-Moradia.) Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Proposta de ACM recebe apoio no plenário

A proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, recebeu ontem apoio de senadores de diferentes partidos. Eduardo Suplicy disse que a erradicação da pobreza é uma das razões da existência

de seu partido, o PT. Jader Barbalho, líder do PMDB, previu que a proposta de ACM receberá o apoio de todo o Congresso. Maguito Vilela e Marina Silva propuseram comissão para consolidar em uma só proposta todos os projetos em tramitação sobre o tema.

Erradicação da pobreza é razão da existência do PT, garante Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que é "saudável" a proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil. "É uma das razões do nascimento e da existência do Partido dos Trabalhadores e demais partidos da oposição", ressaltou Suplicy ao destacar o seu próprio projeto de renda mínima. Após o pronunciamento de Suplicy, Antonio Carlos disse esperar que o Congresso vote ainda este ano, para valer já no próximo ano, "uma medida sem autor para erradicar a pobreza no Brasil".

Suplicy lembrou que desde que chegou ao Congresso Nacional tem tentado convencer os demais parlamentares e lutado para criar mecanismos que viabilizem o direito de todas as pessoas viverem com dignidade. "Portanto, devemos discutir em profundidade a proposição do presidente do Senado e termos a disposição de compararmos as suas idéias com as da oposição e votarmos aquela que consideramos a melhor para a consecução do objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência", propôs.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) protestou contra a apresentação de propostas que retirem dinheiro de quem trabalha para dar a quem não trabalha. Para o senador, seria melhor criar políticas de aumento de emprego do que aumentar o desespero dos empresários que já pagam 58 impostos. Suplicy disse ter notado que Amorim não se "debruçou demoradamente" sobre as várias propostas, senão saberia que nos países onde foi aplicado um programa de renda mínima o nível de emprego aumentou.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que ACM é um adversário político dos partidos de oposição, mas observou que a proposta dele vem ao encontro de um grande e velho anseio. Embora afirmando que o projeto de renda mínima de Suplicy seria a melhor maneira de elevar a renda e aumentar os níveis de emprego, Saturnino reconheceu que a proposta de ACM é séria e

aberta a sugestões. "Se discutirmos com seriedade, disposição e vontade política, vamos conseguir operar um milagre", concluiu.

Baseado em sua experiência como ex-governador, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que já apresentou projeto em que propõe a destinação de 5% do orçamento da União para programas de combate à miséria.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) revelou que quando soube da iniciativa de Antonio Carlos Magalhães ficou "irritada" e não conseguiu se comover. "Depois, achei importante, mesmo que não me comova", assegurou. Para Heloísa, o importante é que o debate tenha sido provocado no âmbito do Congresso Nacional.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que a pobreza sempre foi colocada "debaixo do tapete" no debate político. Mestrinho lembrou que dados oficiais atestam que metade da população brasileira se encontra abaixo da linha de miséria.

A senadora Marina Silva (PT-AC) ressaltou que não importa quem é o "pai da proposta" de combate à pobreza, mas que se adotem medidas efetivas nesse sentido. Marina lembrou que existem inúmeras iniciativas do gênero tramitando no Congresso Nacional e que já propôs a criação de uma comissão para analisar essas proposições e elaborar uma proposta única.

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) lembrou as palavras de dom Hélder Câmara, que desejava ver o Brasil entrando no ano 2000 sem tanta miséria e fome. O senador disse que a hora de tratar da questão é agora, quando é possível colocar o governo numa posição constrangedora no caso de querer obstruir a proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou apoio à árdua luta de Suplicy e de ACM pelos pobres. Segundo Maldaner, o país terá mais segurança, uma vez que o aumento da violência seria uma consequência da miséria e da pobreza.



Suplicy quer comparar as idéias de ACM com as da oposição e votar a melhor

Contribuição de pessoa física será voluntária

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem ter realizado algumas alterações em sua proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que pretende apresentar amanhã ao plenário da Casa. A principal modificação elimina a contribuição de 1% sobre a renda líquida das pessoas físicas que ganham mais de R\$ 2 mil ao mês.

— Quando as críticas são sensatas, as modificações são feitas — observou o senador.

A contribuição das pessoas físicas continua em caráter voluntário, gerando dedução do imposto, e outras inovações poderão ser ainda incorporadas à proposta, segundo Antonio Carlos, que faz questão de iniciar a tramitação pelo Senado. Ele disse também que espera o apoio de "todos os que querem combater a pobreza", e que se dispõe a "dialogar com todos os partidos, sem exceção" para aprimorar o projeto.

— Ninguém terá coragem de sair deste Congresso sem votar algo em favor dos pobres — garantiu.

O senador comentou ter ficado sensibilizado ao saber pela imprensa que a primeira-dama, Ruth Cardoso, considerou "bem-vinda" a cri-

ação do fundo, mas fez reparos às declarações do presidente Fernando Henrique sobre o tema.

— Discordo do Fernando Henrique, porque desigualdade e pobreza não são coisas diferentes. O excesso de desigualdade gera pobreza, e até miséria. Com essa desigualdade é que precisamos acabar no Brasil — explicou.

Sobre a opinião do presidente de que a reforma da Previdência seria mais eficiente no esforço de se combater e erradicar a pobreza no país, o senador destacou que "essa pode ser uma das receitas, mas outras existem".

O presidente do Senado também comentou declarações do líder do PMDB, Jader Barbalho, que considera mais proveitoso combater a sonegação fiscal, com a aprovação dos projetos sugeridos pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, do que criar o fundo pretendido por Antonio Carlos:

— Eu sou favorável ao combate à sonegação, se vai aumentar a receita da União. Poderemos nos dedicar mais à erradicação da pobreza. Vamos fazer as duas coisas: acabar com a so-



Antonio Carlos diz que, quando as críticas são sensatas, as modificações são feitas

negação e arrecadar o que eu quero — afirmou.

Antonio Carlos observou que não foi por sua culpa que a reforma da Previdência deixou de ser aprovada como o governo queria. "Se o presidente Fernando Henrique Cardoso olhar os que não votaram, ele verá que a maioria está na sua base principal e no seu partido", disse o senador, que preferiu não opinar sobre a reapresentação do projeto de idade mínima para aposentadoria.

— É um problema do governo, não quero me intrometer. Se eu disser que sou a favor, dirão que mando no presidente; se disser que sou contra, dirão que estou contra o presidente — explicou.

Jader prevê respaldo de todo o Congresso

O senador Jader Barbalho (PA), presidente nacional do PMDB e líder do partido no Senado, afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães de criação de um fundo de combate à pobreza "é um gesto louvável" e deverá receber apoio em todo o Congresso. Ele se recusou a comentar detalhes do fundo, dizendo que o presidente do Senado ainda não formalizou sua proposta.

— O senador Antonio Carlos percebeu que a pobreza tem aumentado no país e está se transformando num problema muito sério. Ele tem nosso apoio. É verdade que se poderá obter muito mais dinheiro para reduzir a pobreza se o governo adotar nove medidas de combate à sonegação e à elisão fiscal propostas à CPI dos Bancos pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Mas vamos examinar a proposta do senador com carinho — disse Jader Barbalho.

Para o líder peemedebista, Antonio Carlos Magalhães colocou o assunto "entre as prioridades do país" e conta com o apoio do Congresso e da sociedade. "Neste país, quando há

vontade política as soluções são encontradas. Pois neste momento trata-se também de decisão política. Há ambiente para se aprovar todas as medidas destinadas a reduzir a pobreza, sejam as do senador Antonio Carlos ou as sugestões da Receita Federal."

Jader Barbalho chegou a sugerir que o presidente da República adote por medida provisória as nove propostas feitas pelo secretário da Receita Federal. A adoção de todas estas medidas de combate à pobreza, conforme o senador, não significa que a reforma tributária deve parar.

— Acho que quem deve pagar a conta social do Brasil são as empresas que usam as brechas das leis para não pagar impostos. O secretário Everardo Maciel informou à CPI dos Bancos que, das 530 maiores empresas brasileiras, metade não paga imposto de renda. Dos 60 maiores ban-

cos, 42% não pagaram nada no ano passado. Existem R\$ 825 bilhões circulando no país sem pagar qualquer imposto, de acordo com o secretário Everardo Maciel. Quem deve pagar a conta social são os tubarões da nossa economia. Temos de acabar com a mamata dos tubarões — acrescentou Jader Barbalho.

Para ele, se as mudanças nas leis possibilitarem a cobrança de impostos sobre esses R\$ 825 bilhões, o Brasil terá "muitos bilhões" para reduzir sua pobreza. "Não é cobrando previdência de velhinhos aposentados, como o Congresso aprovou recentemente, sob pressão, que se resolverá nossos problemas. Aliás, a cobrança da previdência dos velhinhos só deve render R\$ 1,5 bilhão. Isso é fichinha perto do que se pode conseguir taxando os R\$ 825 bilhões", completou o líder peemedebista.



Jader Barbalho sugeriu medida provisória para combater a elisão fiscal

CAE convidará governadores para debater ajuste

Comissão aprova também requerimento de Ney Suassuna para que o presidente do Cade venha ao Senado prestar esclarecimentos sobre os processos envolvendo fusões de grandes empresas nacionais

Os governadores dos estados do Norte e do Nordeste serão convidados a comparecer à audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir a forma como irão fazer o ajuste fiscal. Eles também deverão falar sobre a formação de uma frente para implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional. Requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi aprovado ontem pela comissão.

A CAE aprovou, ainda, requerimento de Suassuna para que sejam convidados o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira, e o secretário de Direito Econômico, Ruy Coutinho do Nascimento, para prestarem esclarecimentos sobre os processos de fusão em andamento, com destaque para o caso Brahma e Antarctica.

Outro requerimento aprovado, de iniciativa de Ney Suassuna, presidente da comissão, solicita audiência pública com representantes dos ministérios da Justiça, das Comunicações e de Minas e Energia, além dos presidentes da Anatel e Aneel, visando esclarecer os problemas enfrentados pelos usuários após a privatização dos setores elétrico e de telecomunicações. Deve-



Na reunião de ontem, senadores também aprovaram proposta de realização de uma audiência pública sobre questão da telefonia

rão comparecer também à reunião o representante da Procuradoria de Defesa do Consumidor e presidentes de concessionárias privadas de telefonia e energia elétrica.

A CAE decidiu também, por requerimento de Suassuna, convidar os prefeitos de regiões metropolitanas para uma discussão dos preços dos serviços de eletricidade, água e esgoto, frente à privatização. As datas das audiências ainda não foram definidas.

A Comissão de Assuntos Econômicos vai ouvir, ainda, os presidentes da Confederação Nacional da Agricultura, Ernesto Salvo, e da Federação da Agricultura de Mato Grosso, José An-

tônio de Ávila, que falarão sobre os motivos que levaram o setor a promover a manifestação "Agenda Positiva do Campo". A iniciativa da audiência é do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o qual informou que a concentração final dos produtores se dará em Brasília no próximo dia 16, com a chegada de cerca de 2 mil caminhões.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) solicitou a convocação da ex-secretária de Administração e Recursos Humanos, Cláudia Costin. Ela deve comparecer à comissão no próximo dia 17 para falar sobre o *bug* do milênio.

Projeto reduz burocracia para distribuição da merenda escolar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) favorável a substitutivo da Comissão de Educação ao projeto de lei do então deputado Maurício Requião que facilita a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático.

Aprovado o substitutivo em plenário, os estados, o Distrito Federal e os municípios não dependerão da comprovação de adimplência perante o governo federal para receber recursos relativos aos programas de merenda escolar, do livro didático e do leite:

— O projeto pretende eliminar entraves burocráticos à transferência de recursos federais — explicou Lobão, relator da matéria, que será examinada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais, para depois ser submetida ao plenário do Senado.

Conforme o senador, a proposta é de especial relevância, principalmente se observadas as condições de vida da maioria das crianças brasileiras. Lobão citou dados do parecer que o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) deu sobre a matéria como membro da Comissão de Educação do Senado. Alcântara, citando números do Banco Mundial, disse que 15,4% das crianças brasileiras com cinco anos ou menos apresentam re-



Lobão citou dados estatísticos mostrando que carência alimentar prejudica as crianças brasileiras

tardo no desenvolvimento devido à desnutrição. E 17% delas com idade entre 10 e 14 anos já se encontram no mercado de trabalho.

O relatório diz ainda que 12% das crianças pobres, com idade entre 10 e 14 anos, nunca freqüentaram uma escola e que as matriculadas no primeiro grau estão apresentando altas taxas de repetência e evasão escolar.

Apesar de impedir que pendências entre os estados e municípios e o governo federal atrapalhem a liberação de verbas, o substitutivo mantém a exigência de que os recursos só sejam liberados para as unidades federativas que comprovarem a sua utilização na com-

pra de merenda, leite e livros. A transferência do dinheiro, ao contrário do que previa o projeto original, será feita para os estados e municípios e não diretamente para as escolas.

Reunida sob a presidência do senador Ney Suassuna, a CAE aprovou ainda projeto de lei de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), relatado pelo senador Paulo Hartung (PSDB-ES), que prevê indenização para os aeronautas e aeroviários civis e militares atingidos por atos institucionais ou complementares.

Segundo Suassuna, outras categorias já têm direito a indenização quando afetadas por atos de exceção que impedem seus membros de exercer profissões específicas. No caso dos aeronautas e aeroviários, a legislação do regime militar proibiu-lhes o acesso a licenças expedidas pelo DAC.

A CAE também examinou projeto de resolução do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que reduz alíquota do ICMS nas operações interestaduais com veículos automotores e de passageiros. O projeto visa disciplinar a cobrança do imposto para evitar a guerra fiscal na comercialização de carros. Atendendo ao parecer de José Fogaça (PMDB-RS), a CAE decidiu formular consulta sobre o assunto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Suassuna quer promover análise séria da economia

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Ney Suassuna, disse ontem que a CAE deve participar ativamente de uma análise séria da economia brasileira e não apenas ser um mero instrumento de discussão e aprovação de projetos. Para ele, a comissão tem que saber a fundo como está indo a economia, buscar informações no governo e orientar os senadores em relação aos problemas enfrentados pelo país em outros setores, como o social.

Ney Suassuna anunciou que, dentro dessa nova perspectiva, em breve dois senadores irão viajar até o norte da África com o objetivo de abrir caminho para que o Brasil possa incrementar as relações comerciais com os pa-

íses daquela região. A Argélia, segundo informou, será o primeiro país a ser visitado pelos membros da comissão. Ele argumentou que, enquanto as importações brasileiras da Argélia chegam a US\$ 700 milhões ao ano, "exportamos apenas US\$ 40 milhões" para aquele país. A seu ver, esse intercâmbio comercial tem que ser mais positivo para o Brasil.



Suassuna quer engajar Senado no esforço econômico do país

Adiada discussão sobre o financiamento rural

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna, atendeu pedido de vista do senador Luiz Otávio (PPB-PA) a projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que exclui do rol das operações de crédito sujeitas à disciplina da Resolução nº 78 do Senado Federal os financiamentos para os micro e pequenos produtores rurais, desde que sejam identificados com as chamadas prioridades de desenvolvimento local ou regional. Osmar Dias disse ter apresentado a proposição atendendo a uma solicitação de técnicos do Banco Central, e manifestou sua estranheza pelo fato de, no final do recesso, um dos componentes da base governista pedir vista do projeto.

Luiz Otávio manifestou seu desa-

grado diante da observação de Osmar Dias e, mesmo recebendo um apelo do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para que desistisse do pedido de vista, manteve a posição. Segundo o presidente da comissão, Ney Suassuna, a matéria pode voltar à apreciação da comissão dentro de cinco dias.

O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), manifestou-se favorável à aprovação do projeto argumentando que a Resolução nº 78 do Senado deu tratamento único a qualquer tipo de garantia e que os chamados fundos de aval, instituídos com recursos orçamentários de estados, municípios e do Distrito Federal, não caracterizam operações de crédito sujeitas àquela resolução.

CE aprova renovação de concessão de emissoras

A Comissão de Educação (CE), em reunião presidida pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), aprovou ontem pareceres favoráveis à renovação da concessão das emissoras Rádio Cacique de Sorocaba (SP), em onda tropical; Rádio Cultura de Poços de Caldas (MG), em onda média; Rádio Difusora de Ituiutaba (MG), em onda média; Rádio Educadora de Guajará-Mirim (RO), em onda tropical; e Fundação de Desenvolvimento de Picuí (PB), em onda média.

A comissão também aprovou pareceres favoráveis à renovação da per-



Reunião da CE ontem foi presidida pela senadora Luzia Toledo

missão das emissoras Rádio Serra Azul, de Santos Dumont (MG), e Rádio Cacique de Sorocaba (SP), ambas em frequência modulada.

Senadores descobrem alvarás de soltura falsos

Durante depoimento do desembargador do Amazonas Daniel Ferreira da Silva, Paulo Souto revela laudo da Polícia Federal comprovando falsificação de documentos para libertação de traficantes



Investigações sobre Encol começam hoje

A CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário retoma hoje os depoimentos sobre o caso Encol, ouvindo os advogados Sérgio Mello da Paixão, Paulo Roberto Vianna Martins, Neiron Cruvinel e Waldomiro Azevedo. Segundo a revista *IstoÉ*, os advogados afirmaram que o empresário Pedro Paulo de Souza, ex-dono da Encol, teria subornado o juiz de Falências de Goiânia, Avenir Passos de Oliveira, para que não fosse decretada a falência da construtora.

Todos os depoentes atuam na Vara de Falências, sendo que os três primeiros são advogados da própria Encol. Além da denúncia de suborno, que, de acordo com a revista, chegaria a R\$ 1 milhão, os advogados têm outras denúncias contra o juiz, o ex-síndico da massa falida da construtora, Habib Badião, e contra o advogado Micael Mateus.

Antes de ouvir as testemunhas do caso Encol, os membros da CPI fazem reunião administrativa fechada.

O relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresentou durante o depoimento do corregedor-geral da Justiça do Amazonas, desembargador Daniel Ferreira da Silva, laudos da Polícia Federal atestando a falsificação de cinco alvarás de soltura em processos de traficantes de drogas.

O desembargador foi acusado pelo advogado Isaac Abdalla Sahdo e pelo procurador da Justiça Federal, Osório Sobrinho, de ser responsável pela venda de alvarás de soltura para traficantes de drogas.

De acordo com Paulo Souto, há despachos do desembargador em fases anteriores e posteriores à liberação dos presos. Mesmo assim, Daniel Ferreira se disse surpreso com a informação. "Eu não sei a razão para que isso tenha ocorrido", afirmou.

A não ser que todo o processo seja falsificado, não é possível admitir que o desembargador não tenha conhecimento dos alvarás — afirmou Paulo Souto. O relator da CPI solicitou ao desembargador que envie, em um prazo de dez dias, justificativas para os despachos posteriores aos alvarás falsificados.

O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), argumentou que juridicamente o alvará de soltura é consequência de uma decisão proferida pelo juiz. "Basta que o desembargador Daniel Ferreira se lembre de sua decisão, para atestar a veracidade dos alvarás", argumentou.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) também não admite desconhecimento dos alvarás. "É muito difícil que um alvará, que é uma peça diferente no processo, passe despercebido. Cumpra a esta comissão ir atrás de quem falsificou", salientou.

O desembargador não explicou suas relações com a advogada Maria José Menescal, acusada pelo preso Firmino Caldas de intermediar a venda de alvarás. O vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), apresentou relação de telefonemas entre Daniel Ferreira e a advogada. "As ligações chegam a cinco por dia", disse o senador.

Daniel Ferreira afirmou que não tem maiores ligações com Maria José Menescal: "Só sei que é a esposa de um amigo". O desembargador procurou desqualificar a informação. "A CPI está trabalhando com dados dos meus acusadores", argumentou. Os dados foram fornecidos pela telefônica do Amazonas.



Daniel Ferreira da Silva disse não se lembrar dos alvarás de soltura falsificados encontrados em diversos processos que julgou

Desembargador se diz vítima de calúnias e interesses contrariados

Em seu depoimento, o desembargador Daniel Ferreira da Silva fez duras acusações contra o procurador da Justiça Federal em Manaus, Osório Barbosa Sobrinho, e o advogado Isaac Abdalla Sahdo, responsáveis pelas denúncias de vendas de alvarás de soltura para traficantes. O desembargador disse que o procurador se voltou contra ele "em virtude de sentenças contrárias ao Ministério Público". Daniel Ferreira acrescentou que o advogado lançou acusações contra ele porque tem pretensões políticas:

— Ele tem intenções claras de se candidatar à presidência da OAB e à Câmara de Vereadores de Manaus. Abdalla Sahdo é um advogado sem nenhuma causa no tribunal e de acanhada militância. O esquema de venda de alvarás só existe na mente dos denunciadores que aproveitam os holofotes da CPI para aparecer na mídia — acusou, salientando que todos os alvarás foram concedidos dentro da competência e jurisdição próprias da corregedoria.

Daniel Ferreira acusou o advogado de ser sócio de Amadeu Júnior, que,

segundo ele, teria sido condenado a oito anos de reclusão por tráfico de drogas e estaria solto. Questionado pelo presidente da comissão, senador Ramez Tebet, o desembargador não soube dizer quem seria o responsável por Amadeu Júnior permanecer em liberdade.

Com relação ao fato de não ter seguido as recomendações do Ministério Público, contrárias às concessões dos alvarás, o desembargador disse que não era obrigado por lei a fazê-lo. "Parecer não é sentença e quem julga é o magistrado, que poderá acolher ou não o parecer do procurador, julgando o pedido com o seu livre convencimento e fundamentando a sua decisão", justificou.

— A polícia pratica atos ilegais, e onde há uma injustiça, uma maldade, uma maledicência, é minha obrigação corrigir — afirmou o desembargador Daniel Ferreira.

O relator da CPI, senador Paulo Souto, ressaltou que todas as liminares concedidas foram reformadas posteriormente pelo Tribunal de Justiça do estado do Amazonas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Especial Unip* — Assunto: Expedição da Amazônia
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Basquete
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Expedição da Amazônia
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — Entrevista com o senador Ramez Tebet, que faz um balanço da CPI do Judiciário
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
12h30 — Entrevista com o senador Ramez Tebet
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Cores do Brasil* — Em destaque, Espírito Santo.
13h30 — *Agenda Econômica*, com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após, CPI do Judiciário (gravada)
19h — *Cores do Brasil* — Em destaque, Diamantina
19h30 — *Agenda Econômica* com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles
20h30 — Entrevista com o senador Ramez Tebet

21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*
21h30 — *Agenda Econômica*, com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — CPI do Judiciário
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Tebet defende na TV a extinção de juiz classista

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é contra a extinção da Justiça do Trabalho, mas defende o fim do cargo de juiz classista, em entrevista à TV Senado, que irá ao ar hoje às 8h30 e às 20h30.

Tebet disse que o Brasil "é um país com profundas desigualdades sociais e precisa de uma Justiça mais rápida e mais eficiente. Precisamos aprimorá-la, não extingui-la". O senador também faz um balanço da CPI do Judiciário,

destacando haver denúncias graves que precisam ser investigadas:

— O prazo termina no fim do mês. Se a CPI começar a analisar mais um ou dois casos, haverá necessidade de prorrogação.

CRE avalia possível ameaça externa à Amazônia

Autoridades e especialistas virão ao Senado para participar de seminário organizado pela comissão. Parlamentares também querem saber que rumos tomaram projetos como o Sivam e o Calha Norte

Retomar crescimento é saída para a pobreza, diz Alencar

As iniciativas voltadas a erradicar a miséria foram elogiadas ontem pelo senador José Alencar (PMDB-MG), mas o parlamentar acredita que a melhor forma de reduzir a pobreza e a miséria é a retomada do desenvolvimento e a criação de empregos. Ele criticou a política econômica do governo, que, apesar do sucesso no combate à inflação, falhou ao elevar o endividamento, o consumo de bens supérfluos e a dependência exagerada em relação ao exterior. "Precisamos acabar com essa subserviência", disse Alencar.

O senador recordou sua infância pobre para pregar em favor da ética do trabalho e da austeridade. Segundo Alencar, é o trabalho, e não o recebimento de doações em dinheiro, que leva uma pessoa a se realizar como cidadão e chefe de família:

— Cheguei a dormir no corredor de um hotel para não onerar meu pai. Isto é que me deu forças para vencer na vida como empresário e conquistar uma cadeira no Senado — afirmou o senador.

Repentistas e cordelistas homenageiam Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) foi homenageado no último domingo, na cidade de Ceilândia (DF), durante a realização do 36º Congresso de Cantores e Poetas Repentistas, na Casa do Cantador. A homenagem a Ronaldo se deu em reconhecimento pelos seus relevantes serviços prestados à cultura do cordel.

Os poetas repentistas e o público presente formaram uma corrente de orações pela recuperação da saúde do senador, vítima de um acidente vascular cerebral, de que já está se recuperando depois do tratamento especializado do Incor, em São Paulo, e no Hospital Sarah, em Brasília.

Após uma saudação do presidente da Casa do Cantador, Gonçalo Gonçalves Bezerra, os cantadores repentistas Moacir Laurentino, Zé Viola e Jomaci

José Alencar defendeu o endurecimento das autoridades brasileiras nas negociações com a Argentina em torno do aumento (revogado) de tarifas sobre produtos brasileiros. Para o senador, felizmente o governo brasileiro está acordando para a necessidade de usar mais força na defesa do mercado de exportações brasileiro.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou que o seu projeto de renda mínima pode contribuir para a retomada do desenvolvimento, já que os beneficiados demandariam produtos de primeira necessidade de pequenos produtores e comerciantes. Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou as críticas de Alencar ao modelo macroeconômico baseado no endividamento. "Temos que instá-lo (o presidente da República) a mudar", disse Suassuna.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) lamentou a falta de auto-estima dos brasileiros e elogiou o discurso de Alencar em defesa do desenvolvimento e do aumento do número de empregos.

Dantas cantaram "motes de improviso", enaltecendo a figura humana do senador e apresentaram, em nome dos demais participantes do encontro, votos de restabelecimento ao parlamentar e poeta que recebeu, também, uma bênção especial do pastor Júnior.

Da Paraíba, estiveram presentes os violonistas Sebastião da Silva, Moacir Laurentino, Jomaci Dantas, Fenelon Dantas, Raimundo Borges, Zé Monteiro, João Bandeira, Antonio Noberto, José Alves, e as "coquistas" Lindalva e Terezinha. Também participaram da homenagem ao senador Ronaldo Cunha Lima os repentistas João de Lima (AL), Waldir Teles (PE), José Cardoso (RN), Zé Viola (PI), além dos cearenses Sílvia Grangeiro, Louro Branco, Edmundo Soares e Anselmo Rodrigues.



Alencar: trabalho é que leva uma pessoa a se realizar



Ronaldo Cunha Lima

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai realizar um seminário sobre a ameaça de internacionalização da Amazônia brasileira. A CRE aprovou sugestão de seu presidente, senador José Sarney (PMDB-AP), ao requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) que propunha a realização de audiência pública sobre a questão.

Sarney explicou que um seminário possibilita tratar o assunto com mais profundidade e atinge os mesmos objetivos pretendidos por Tião Viana. Além disso, Sarney disse que, conforme se desenvolverem os debates, outras pessoas poderão ser convidadas a participar. Tião Viana concordou com Sarney e destacou a importância de se estabelecer o contraditório para enriquecer os debates. Viana também sinalizou que o Exército brasileiro está na vanguarda do debate em torno da ameaça de internacionalização da Amazônia. "A Amazônia deve estar na ordem do dia do Brasil", alertou.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) propôs que o poeta Thiago de Melo e o ministro-chefe da Casa Militar sejam convidados para o seminário. O



Senador José Sarney, presidindo a CRE: sugestão e apoio à proposta de Tião Viana para discutir a internacionalização da Amazônia

senador Romeu Tuma (PFL-SP) acrescentou que também deveria ser convidado o atual responsável pela implantação do projeto Sivam, para que a comissão saiba em que pé estão as obras e o que será feito do projeto Calha Norte. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também manifestou preocupação em relação ao Calha Norte que, segundo ele, está completamente abandonado.

Artur da Távola ainda manifestou sua decepção com o ato do presidente Fernando Henrique Cardoso ao condecorar o presidente do Peru, Alberto Fujimori. "Sinceramente, não espera-

va chegar ao ponto de ver um presidente da República, do meu partido, condecorando um ditador", afirmou o senador.

A CRE também aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 47/98 que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 117/99 que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Jamaica. O senador Tião Viana pediu vista do Projeto de Decreto Legislativo nº 119/99 que aprova o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal celebrado com a França.

Mozarildo: risco não é uma mera ficção

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou ontem para o perigo de internacionalização da Amazônia. "Muita gente pensa que se trata de ficção mas, se nos lembrarmos das muitas personalidades que têm feito declarações contestando nossa soberania plena sobre a Amazônia, talvez estejamos passando da ficção para a realidade", afirmou.

Para Mozarildo, grandes nomes da política internacional como Henry Kissinger (ex-secretário de Estado norte-americano), Margaret Thatcher e John Major (ex-primeiros-ministros da Grã-Bretanha), François Mitterrand (ex-presidente da França), Al Gore (vice-presidente dos Estados Unidos) já nos alertaram que a "soberania do Brasil e dos demais países amazônicos é relativa, porque a Amazônia é



Mozarildo disse que várias lideranças mundiais já questionam soberania brasileira na região

patrimônio da Humanidade", disse, citando suas frases.

O senador por Roraima protestou contra declarações de uma funcioná-

ria do Ministério da Saúde revelando que a assistência médica dos índios yanomami deverá ser entregue a ONGs estrangeiras, porque o governo não tem condições de fazê-lo.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) afirmou que somente o Exército brasileiro tem se mostrado alerta para o perigo de internacionalização da Amazônia, tentando proteger a região e seus indígenas. O fato dos yanomamis terem expectativa de vida de 24 anos pode muito bem servir de pretexto para atuação de ONGs que escondem interesses escusos", enfatizou.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) revelou ter visto, na Europa, mapas da Amazônia mostrando o Brasil separado das terras demarcadas da 'Nação Yanomami', como se fossem dois países.

Eduardo propõe solução para Previdência

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que o método mais rápido de o governo acabar com a crise da Previdência Social é adotar providências, "com criatividade e inteligência", que atraiam para a Previdência o setor informal da economia.

Com base em pesquisa do IBGE, o senador afirmou que esse setor da economia responde pela ocupação de 12,87 milhões de pessoas, o que equivale a um quarto da população brasi-

leira economicamente ativa. Ele disse que o segmento movimentou, em valores de outubro de 1997, cerca de R\$ 12,89 bilhões, quantia equivalente a oito por cento do PIB nacional:

— É essencial que toda essa imensa massa de trabalhadores informais seja atraída para a Previdência Social. Com um novo contingente de 13 milhões de segurados, o aporte de recursos para a seguridade social será significativo, podendo, até, solucionar o desequilíbrio

de suas contas — ressaltou.

Eduardo Siqueira Campos informou que o lucro obtido alcança R\$ 5,2 bilhões, com um número de empresas que chega a 9.477.973:

— Apurou-se que a grande maioria dessas empresas não dispõe sequer de registro contábil. Oitenta por cento não têm constituição jurídica. Sessenta e seis por cento não possuem licença do estado ou município para seu respectivo funcionamento.